

# Sumário

<b>1 Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2 Premissas analíticas para a compreensão do Estado de Direito Fiscal: uma leitura da Constituição Financeira brasileira a partir das normas estruturantes com feições federativas, democráticas e republicanas .....</b>	<b>19</b>
2.1 Introito ao capítulo .....	19
2.2 Bases para interpretação do sistema jurídico brasileiro.....	29
2.3 A Constituição Financeira e o caráter peremptório das normas com feições federativas, democráticas e republicanas.....	41
2.4 Aspectos estruturais e funcionais da Constituição Financeira e o estado ideal de coisas conformador do Estado de Direito Fiscal federativo, democrático e republicano brasileiro .....	56
2.5 Premissas gerais da pesquisa e conclusões parciais do capítulo ....	67
2.6 Conclusão-síntese do capítulo e resposta ao primeiro problema parcial da pesquisa .....	70
<b>3 Os benefícios fiscais de ICMS no ordenamento jurídico brasileiro: significação, funções, finalidades e propriedades jurídico-constitucionais.....</b>	<b>73</b>
3.1 Introito ao capítulo .....	73
3.2 Breves notas sobre a fiscalidade e a extrafiscalidade das normas tributárias.....	82

3.3 Benefícios fiscais de ICMS: propriedades jurídicas, significação, função e finalidades constitucionais.....	94
3.4 Notas federativas, democráticas e republicanas sobre o regime jurídico dos benefícios fiscais de ICMS .....	133
3.4.1 A veiculação de normas gerais sobre o poder de tributar e sobre o poder de gastar são matérias reservadas à lei complementar .....	134
3.4.2 A regulamentação a respeito da forma de deliberação, entre os entes federativos regionais, sobre a concessão de benefícios de ICMS é matéria reservada à lei complementar ...	140
3.4.3 A concessão de qualquer benefício de ICMS deverá ser precedida da celebração de convênios pactuados por unanimidade entre os Estados e o DF.....	144
3.4.4 A competência para instituir e legislar sobre benefícios de ICMS é dos Estados e do Distrito Federal .....	147
3.4.5 Qualquer benefício desonerativo de ICMS somente será concedido mediante lei estadual ou distrital, formal, ordinária e específica .....	151
3.4.6 A concessão de qualquer benefício de ICMS deverá ser realizada com respeito às garantias constitucionais dos contribuintes .....	154
3.4.7 Os benefícios tributários de ICMS devem ser integrados ao processo legislativo orçamentário .....	164
3.5 Premissas específicas da pesquisa e conclusões parciais do capítulo.....	175
3.6 Conclusão-síntese do capítulo e resposta ao segundo problema parcial da pesquisa .....	185

<b>4 A Lei Complementar n. 160/2017: a face revelada e a face oculta da solução normativa construída.....</b>	<b>189</b>
4.1 Introito ao capítulo .....	189
4.2 A inconstitucionalidade sentenciada e a ameaça representada pela proposta de Súmula Vinculante n. 69.....	193
4.3 A reação política e o processo de construção da solução legislativa.....	205
4.4 A face revelada da LC n. 160/2017: a conformação do regime jurídico peculiar e excepcional de convalidação dos efeitos dos benefícios fiscais de ICMS, reconhecidos e publicizados, pelos Estados e pelo DF, em desacordo com a Constituição de 1988 ....	214
4.4.1 A flexibilização da regra da unanimidade e as demais normas para aprovação do Convênio ICMS, específico, objetivado pela LC n. 160/2017 .....	218
4.4.2 As condicionantes mínimas a serem observadas para convalidação dos efeitos benefícios fiscais de ICMS em desacordo com a Constituição de 1988.....	220
4.4.3 Os institutos de convalidação dos efeitos dos benefícios fiscais de ICMS, identificados e publicizados, pelos Estados e pelo DF, em desacordo com a Constituição de 1988 .....	223
4.4.3.1 A remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes da instituição inválida de benefícios fiscais de ICMS e suas condicionantes específicas .....	223
4.4.3.2 A reinstituição dos benefícios fiscais de ICMS, originariamente, inválidos e suas condicionantes específicas .....	231

4.4.4 A exclusão da regra do art. 14 da LRF na convalidação dos efeitos dos benefícios fiscais de ICMS, reconhecidos e publicizados, em desacordo com a Constituição de 1988 .....	240
4.4.5 As sanções relativas aos casos de inobservância das regras prescritas nos regimes ordinário de instituição e extraordinário de convalidação dos efeitos dos benefícios fiscais de ICMS e o seu processo de aplicação e controle .....	241
4.5 A face oculta da LC n. 160/2017: a análise da conformidade de suas disposições com as normas com feições federativas, democráticas e republicanas construídas a partir da Constituição Financeira.....	242
4.5.1 O problema da flexibilização da regra da unanimidade e a aprovação do Convênio ICMS n. 190/2017 .....	246
4.5.2 O problema da transparência e a restrição de acesso ao PNTT .....	253
4.5.3 O problema da autonomia dos entes regionais e a forma de convalidação dos efeitos dos benefícios fiscais de ICMS, identificados e publicizados, pelos Estados e pelo DF, em desacordo com a Constituição de 1988 .....	256
4.5.4 O problema da insuficiência do critério da temporalidade e a (re)instituição de benefícios fiscais de ICMS .....	261
4.5.5 O problema do desrespeito às decisões do STF, a convalidação dos efeitos de benefícios de ICMS, judicialmente declarados ou administrativamente identificados e publicizados, inconstitucionais e a exclusão das sanções prescritas no art. 8º da LC n. 24/1975.....	263
4.5.6 O problema da restrição do art. 14 da LC n. 101/2000 e a responsabilidade fiscal .....	268

4.6 Premissas específicas da pesquisa e conclusões parciais do capítulo.....	271
4.7 Conclusão-síntese do capítulo e resposta ao problema central de pesquisa.....	280
<b>5. Conclusões gerais .....</b>	<b>283</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>289</b>